

A questão colonial — introdução a um debate

Quando, em 1935, Felicien Challaye escrevia: «A colonização talvez seja a instituição que mais dores causou, mais lágrimas fez correr»¹, vinha ainda longe a guerra da Indochina, a guerra da Argélia e a guerra colonial que Portugal sustentou durante treze anos. Estes e outros acontecimentos confirmaram ampla e tristemente essa afirmação.

E é esse aspecto coloroso que torna extremamente difícil iniciar um debate objectivo sobre qualquer história colonial.

Foi a consciência dessa dificuldade que me levou a escolher, como ponto de partida de um debate que considero útil, a análise de um documento, não muito extenso, datado de 1881. Esta data justifica-se pelo facto de o tipo de colonialismo que se desenvolve durante o século XX ter o seu início por volta de 1875-80. Esta escolha tem ainda a pretensão de se adaptar ao limite de tempo atribuído a esta comunicação.

O documento em questão tem por título *Ao Povo Português, em nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria* e constitui um apelo da Comissão do Fundo Africano da Sociedade de Geografia de Lisboa «para promover uma subscrição nacional permanente, destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio português em África».

A Comissão do Fundo Africano foi criada na SGL, em 1877, para apoiar financeiramente a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão Africana.

Esta Comissão era, concretamente, a comissão nacional portuguesa da vasta Associação Internacional Africana, criada em Bruxelas, em 1875, sob a égide do rei Leopoldo. É a Associação Internacional Africana — vulgarmente conhecida por AIA — que aconselha a criação de comités nacionais nos países colonizadores e o estabelecimento de «estações civilizadoras» no continente africano, e especialmente no seu interior.

Ao tomar essas iniciativas, não está, pois, a SGL a fazer obra original, mas, pelo contrário, a agir em perfeita integração com o movimento colonialista europeu. O que nos importa analisar é como aplica as directrizes do colonialismo internacional tendo em conta o condicionalismo específico do País.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ F. Challaye, *Souvenirs de la Colonisation*, Paris, Picart, 1935.

Em primeiro lugar, porquê a subscrição permanente?
Os próprios autores do texto dão a explicação:

Se temos raras fortunas colossais, que em outros países auxiliam as empresas úteis com avultados subsídios, venham os muitos poucos fazer o que não fazem os poucos muitos.

Daí a necessidade de associar ao projecto todas as forças da Nação, o que explica a existência e determinadas características deste apelo, que se poderá analisar em três partes: justificação do projecto das estações civilizadas, sua descrição e, finalmente, modo de realização da subscrição.

JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

Tendo em conta que, no dizer dos seus autores, este apelo se dirige, «não somente às pessoas instruídas, senão também às menos providas de cultura de espírito», começa por apresentar um mapa colorido onde se fazem realçar os territórios situados entre Angola e Moçambique, que devem constituir o objectivo prioritário desta iniciativa, na sequência de um projecto nacional já mais que secular. Segue-se um longo desenvolvimento em que se justifica o projecto com base em argumentos políticos, religiosos, científicos e económicos, de que expomos, resumidamente, os principais:

A influência tradicional de Portugal nessas regiões e o interesse que elas começam a despertar noutros europeus exigem que, enquanto ainda é tempo, a colonização portuguesa aí se estabeleça de modo mais firme e visível. Tanto mais que essa é a tendência da época, como se pode ver pela expansão egípcia na região sudanesa ou pelas tentativas de penetração da AIA na região dos Grandes Lagos.

Não deve Portugal deixar de seguir o movimento europeu, pois «não o tentar seria uma desonra», e a «ignominiosa bancarrota de nossas aspirações nacionais».

Importa também, enquanto é tempo, opor uma barreira católica à progressiva irradiação protestante.

Deixou também Portugal, durante demasiado tempo, que se esquecessem os trabalhos dos seus exploradores e que estes fossem ultrapassados pelos exploradores estrangeiros, que vieram revelar à Europa como a África «podia e devia ser um mercado salvador na paralisação da indústria e comércio europeus».

Enfim, não devia Portugal ter esquecido que, perdido o Brasil, a África «abria campo para outro império mais poderoso ainda».

Os dados científicos mais recentes sobre a região asseguram que nada há a recear da sua população, cujo carácter é muito sociável, e também que, nas regiões de interior e altitude, as condições climáticas são muito favoráveis à permanência do Europeu.

Defender as imensas potencialidades comerciais do continente africano é já um lugar-comum, a tal ponto que ninguém ignora que a Inglaterra não pode resolver a sua crise de trabalho e de comércio «senão abrindo-se o imenso mercado africano, que receberá os seus produtos de maior extracção e fornecerá as matérias-primas mais valiosas para a sua indústria».

Com base em numerosa bibliografia recente, o apelo faz então uma extensa descrição dos numerosos recursos económicos que encerra o continente, sem esquecer os recursos demográficos. Sobre estes faz salientar que, eliminado o tráfico de escravos, vai o Africano ser obrigado a produzir «produtos do solo» para os utilizar como moeda de troca para obter os produtos europeus que já se habituou a consumir.

«Eis aí uma observação importantíssima, que acusa uma situação nova no viver do indígena africano. O desejo de comprar ou de trocar incita-o a trabalhar»; donde se pode concluir que, dentro de poucas décadas, a África se poderá ter tornado «um dos grandes mercados produtores de matérias-primas da indústria europeia».

Sendo de prever que a abolição do tráfico leve a um grande aumento de população, que, por sua vez, levará o Africano a «muito maior produção de todos os géneros de troca e a muito maior consumo de mercadorias europeias», o que determinará uma enorme expansão do «comércio lícito».

E para resumir fielmente o sentido do projecto:

Ora, produzindo a África equatorial e austral vegetais os mais comerciais, óleos e gorduras, matérias colorantes, especiarias e géneros coloniais, drogas, sementes alimentícias e frutas, cauchucs, madeiras, minerais de todas as espécies, em grande parte apenas entrevistos, já será possível concluir que as estações civilizadoras serão extremamente favorecidas pelas novas condições em que entrou o Africano e pela massa enorme de produtos do solo, que essas poderão explorar e aperfeiçoar.

Explorar essas riquezas portentosas é o que se propõe ao País. E os autores não deixam de salientar as incidências positivas que o processo poderá ter sobre o problema do desemprego na metrópole:

E conjuntamente pode abrir-se um derivativo às actividades em disponibilidade que por aí pululam. A acção directiva e ensinante, exercida sobre milhões de selvagens, em um espaço imenso, requererá um pessoal relativamente numeroso e, por isso mesmo, poderá diminuir a praga dos pretendentes; assim como a mais ajustada compreensão das condições comerciais africanas conseguirá que o nosso capital, que o nosso comércio e indústria explorem e aproveitem melhor aquela mina portentosa.

DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Em concordância com a linha geral esboçada pela AIA, o regulamento das «estações civilizadoras», aqui propostas, foi definido pelo Decreto de 18 de Agosto de 1881, do Ministério de Júlio de Vilhena. Deveriam, quanto possível, ser estabelecidas nas localidades chamadas a tornar-se cabeças de concelho, ser dirigidas por um comandante e contar com um ou mais missionários, um médico, quando possível «naturalista e geógrafo», alguns mestres de artes e ofícios e alguns ajudantes, bem como alguns agricultores práticos. Deveriam instalar-se em casas e oficinas construídas em «sítios salubres e aptos para a agricultura e o comércio» e dispor de máquinas, instrumentos, sementes e animais e o mais necessário para a prossecução dos seus objectivos, que eram fundamentalmente:

Conceder aos viajantes facilidades de acolhimento e comerciais;
Facilitar a instalação de colonos pela realização de infra-estruturas;
Agir no sentido de atrair os Africanos ao «trabalho civilizado»;
Promover e desenvolver o comércio em todos os seus aspectos e tanto quanto possível pelo trabalho da população africana;
Divulgar a língua portuguesa;
Recolher dados sobre todos os aspectos da realidade das regiões e populações circundantes.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Para implantação das estações são definidas 5 zonas prioritárias:

1. *Zaire inferior e central*, na sua margem esquerda, para poder reclamar os territórios necessários à «integração, defesa e segurança» da colónia de Angola.
2. *Caçange*, para consolidar o domínio da região de Malanje, término provisório do caminho-de-ferro de Ambaca, e servir de força de pressão em futuras negociações com o potentado da Lunda.
3. *O planalto do Bié*, considerado como «chave ocidental do traço de união entre as duas colónias»: Angola e Moçambique.
4. *Sertião de Inhambane*, na colónia oriental, tendo em conta a sua grande fertilidade.
5. *Região do lago Niassa*, à qual se atribui um valor estratégico correspondente ao do Zaire; procura-se assim obviar à penetração britânica e alemã e manter o controlo dessa região, que nos meios portugueses já se considera como a chave da África central.

Para além destas zonas prioritárias e para completar esse plano estratégico, seriam ainda estabelecidas mais duas posições cuja organização seria confiada a missões religiosas:

Uma na margem esquerda do Cunene e bacia do Cubango, com o fim de constituir uma fronteira sul que vedasse o acesso aos caçadores e comerciantes ingleses, bem como às missões protestantes;
Outra no Zumbo, que deveria expandir-se pelo curso do Zambeze para junção das duas colónias.

É de salientar que todas estas zonas se tornaram pontos nevrálgicos das rivalidades interimperialistas no decurso da década de 1880-90.

A CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE SUBSCRIÇÃO

De toda a argumentação justificativa do projecto deduzem os seus autores um imperativo moral para o cidadão português.

Imperativo que, numa primeira fase, é economicamente justificado:

A nossa obra, portanto, pode e deve contar com a ajuda, conselho e favor de todo o espírito generoso e patriótico, como de todo o homem de negócio e de trabalho, desde o industrial poderoso e milionário até ao serviçal e operário mais humilde. Para todos oferta seus enormes tesou-

ros aquela mina quase inexplorada que é a África, somente com a condição de ser animosa e generosamente explorada e roteada no sentido mais largo da palavra.

Mas, quando o projecto passa ao nível de «patriótico empenho», já o imperativo é total:

Ninguém, nem mesmo o pobre, se poderá recusar.

Tanto mais que já os objectivos passam a ser os da gloriosa cruzada da civilização:

Por este modo se vê não se recusar, antes se provocar, o ouro do rico; mas também se pede e se quer a prata do menos abastado e a humilde moeda do homem do trabalho, associando todos assim à mais gloriosa de todas as empresas, a conquista pacífica, benéfica e civilizadora de tantos milhões de africanos, como o são já alguns milhões de compatriotas de além-mar, o que importa o mesmo que ir juntando materiais para a construção de um esplêndido domínio áfrico-português.

Estabelecido o imperativo moral, resta apenas delinear o modo prático de subscrição.

Definem-se modalidades de contribuição e estabelece-se uma rede de recolha com base paroquial, na qual o pároco de freguesia desempenha um importante papel.

O regulamento do plano de subscrição contém ainda um detalhe que será interessante realçar; é o seu artigo 6.º, que reza:

Estes corpos gerentes solicitarão das damas portuguesas o seu valioso auxílio e eficaz cooperação, a fim de mais facilmente alcançarem o bom resultado do seu intento.

Embora um documento, só por si, não possa fundamentar uma tese, analisando-a à luz da abundante documentação que estudei sobre a questão, permito-me avançar para o debate algumas opiniões.

Em primeiro lugar, penso que podem afastar-se desde já, como infundadas, algumas ideias correntes sobre o colonialismo português, tais como:

A sua ausência de motivações e de plano económico;

A noção de que a incompetência política, económica e científica da generalidade dos colonialistas foi a causa do rumo que levou à colonização.

Toda a mitologia existente à volta do Mapa Cor-de-Rosa, principalmente a versão que o apresenta como um projecto feito à pressa como consequência da Conferência de Berlim.

Em segundo lugar, comparando as ideias expressas neste texto com o que sabemos sobre o colonialismo da fase final, salientar alguns factores de permanência:

As dificuldades financeiras;

A imposição de um «imperativo moral» que obriga a Nação a sustentar o colonialismo;

- O envolvimento do colonialismo com a questão religiosa, com a classe clerical e a utilização dos sentimentos religiosos dos cidadãos;
- O apelo a certos valores conservadores da «feminidade» para captar a colaboração de uma parte da população feminina.

Enfim, em que consiste a mudança?

O que mais chama a atenção neste documento é a maneira aberta, e científica mesmo, como os autores do apelo assumem as motivações económicas do projecto colonialista em toda a sua extensão e em todas as suas implicações.

Esta atitude contrasta fortemente com a das últimas fases do colonialismo, em que os argumentos, já não da expansão, mas tão-só da defesa da civilização ocidental, constituem a base da argumentação política do fenómeno e que está na base da criação e difusão de interpretações históricas erradas do colonialismo português, de entre as quais se salienta a do imperialismo não económico.

A explicação deste contraste de atitudes deve procurar-se no facto de, na fase inicial, que muito superficialmente abordámos aqui, o colonialismo português se encontrar perfeitamente integrado na corrente colonialista internacional e na fase final já o mesmo se encontrar em total desfazamento com a evolução histórica mundial.

É a evolução deste desfazamento, a incapacidade em ultrapassar sucessivamente e em tempo próprio as diversas fases por que passou o colonialismo mundial — inclusive a sua autodestruição e reconversão —, que constitui a questão fundamental da história do colonialismo português, que explica a sua especificidade e cujo estudo permitirá compreender aspectos muito importantes da formação social portuguesa no decurso do século XX e na actualidade.

Para concluir, e sem pretender de modo algum esgotar a questão, gostaria de avançar três propostas de abordagem metodológica da nossa história colonial do século que acaba de decorrer:

- 1.º É evidente que é o carácter doloroso da colonização que torna difícil a abordagem da sua história, tanto mais que este carácter doloroso é multifacetado e envolve simultaneamente o povo colonizador e os povos colonizados.

Importa, porém, que nós, Portugueses, passemos a assumir a nossa parte e a abordemos de um ponto de vista objectivo, considerando que o colonialismo moderno é, em última análise, um aspecto do processo de alargamento do campo de acção do capitalismo mundial e a sua história tem de ser vista em função dos objectivos de consolidação e expansão de meia dúzia de gigantes a que já nos habituámos a chamar multinacionais.

No desenrolar deste processo não há a mínima dúvida de que os povos colonizados foram os mais prejudicados a todos os níveis.

Mas entre as duas posições extremas — as instâncias superiores do capitalismo mundial e os povos colonizados — existe uma rede complexa de interesses subordinantes e subordinados que por vezes até coexistem na mesma classe ou grupo, o que torna extremamente difícil a sua apreciação objectiva.

O caso de Portugal é particularmente difícil de caracterizar pela duplicidade da sua condição de país simultaneamente colonizador e dependente.

Mas só pela análise fria e identificação de cada um dos elementos intervenientes e respectivos modos de articulação se pode abordar o estudo deste fenómeno histórico sem cair em exaltações ou condenações fáceis, que em nada esclarecem o desenrolar de um processo que, embora mudando de nome e de formas exteriores, prossegue nos nossos dias e, por conseguinte, é de toda a utilidade compreender.

- 2.º A história colonial e a sua ideologia de apoio, que foi ensinada na escola e por diversos meios de propaganda a sucessivas gerações de portugueses, transportam numerosas mistificações à volta de factos e personagens e revelam deliberado baralhar de pistas que constituem em si elementos do processo e não devem ser tomados como fonte de conhecimento, mas sim como objecto de estudo.

Consequentemente, no domínio da história colonial, não nos encontramos numa fase de vastas sínteses, mas, pelo contrário, importa que todos os dados sejam passados ao crivo de uma análise exaustiva e minuciosa.

- 3.º Por fim, parece-me de primeira importância abordar a questão da ideologia da propaganda do colonialismo e seus efeitos.

Excluindo o problema do racismo, que merece, por si só, uma análise aprofundada, vamos deter-nos simplesmente em alguns elementos dessa propaganda que têm efeito ao nível interno, isto é, sobre a nação portuguesa.

A propaganda do colonialismo moderno baseou-se num princípio de unidade nacional suprapartidária em relação ao império, cuja exploração e defesa exigiu um imperativo moral. Para a realização do seu objectivo orientou as aspirações mais profundas do ser humano, como seja o sentimento religioso e os sentimentos e pulsões afectivas e sexuais, cristalizando estes últimos em determinados valores da ordem da virilidade e da feminidade.

Este facto, de todos conhecido, tem numerosas consequências, de que realço dois aspectos:

Por um lado, esse tipo de orientação das mais profundas aspirações da Nação no sentido da sua imolação no altar da Pátria e do Império constitui indiscutivelmente uma vasta porção da base ideológica de apoio do fascismo português. Como tal, merece estudo aprofundado.

Por outro lado, esta mesma manipulação das aspirações mais profundas ao determinar, ao longo de décadas, factos concretos como exercício da violência de homens sobre outros homens, perturbações do equilíbrio psíquico e familiar, amputações físicas e sentimentais, perversões das manifestações naturais das aspirações mais profundas, deve merecer uma atenção correspondente aos efeitos perturbadores que exerceu sobre o corpo social e exige uma investigação séria e urgente, cuja abordagem deverá ser pluridisciplinar.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1981.